



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA
GERENCIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E ATOS CONGÊNERES

PROCESSO Nº 60585.001593/2020-81

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS Nº 033/2020, QUE FAZEM ENTRE SI A
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA
DEFESA (MD)/ DEPARTAMENTO DE
ADMINISTRAÇÃO INTERNA (DEADI) E A EMPRESA
ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA.

A **UNIÃO**, por intermédio do **Ministério da Defesa (MD)/Departamento de Administração Interna (DEADI)**, CNPJ nº **03.277.610/0001-25**, doravante denominado **CONTRATANTE**, com sede na Esplanada dos Ministérios, Anexo I do Bloco “O”, sala 219, 2º andar, Plano Piloto, Brasília-DF, CEP 70049-900, neste ato representada pelo Diretor do Departamento de Administração Interna, o Contra-Almirante (IM) **ALEXANDRE CHAVES DE JESUS**, nomeado pela Portaria nº 5.032/GM-MD, de 23/12/2019 (publicada no DOU nº 1, Seção 2 de 02/01/2020), delegação de competência advinda da Portaria nº 101/SEORI/SG, de 16/3/2016 (publicada no DOU nº 57, de 24/3/2016) e Portaria nº 2.766/SEORI/SG-MD, de 18/08/2020 (publicada no Boletim Interno nº 34, de 21/08/2020), CPF nº 905.655.337-20, portador da Carteira de Identidade Militar nº 425125 e a empresa **ESPAÇO & FORMA MÓVEIS E DIVISÓRIAS LTDA.**, inscrita no CNPJ sob o nº **37.977.691/000783**, sediada na ADE Conjunto 26 – Lotes 06/07 – Águas Claras – Brasília – DF, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor **FELIPE MENEZES DE BULHÕES**, portador da Carteira de Identidade nº 052768561 expedida pelo SSP/RJ, e CPF nº 744.240.507-00, tendo em vista o que consta no **Processo nº 60585.001593/2020-81** e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018 e da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 26 de maio de 2017 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 42/2020**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada nos serviços continuados de fabricação, fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de divisórias, incluindo todos os materiais e insumos necessários ao serviço, nas dependências do Ministério da Defesa (MD) e em seu anexo, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

GRUPO I

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UND.	QTD.	VALOR	
					UNITÁRIO R\$	TOTAL R\$
1	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória especial – painel cego do piso ao teto espessura 80mm, composto por duas placas, sendo	Serviço de instalação de divisória painel cego com fornecimento de material.	M²	248	463,70	114.997,60

	uma fixa e outra removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha, densidade não inferior a 40kg/m³); as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação. Cor a ser definida pela contratante.					
2	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória especial – painel cego até altura da porta e vidro duplo 6mm até o teto; espessura da divisória de 80mm, composto por duas placas, sendo uma fixa e outra removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha, densidade não inferior a 40kg/m³); as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação. Cor a ser definida pela contratante.	Serviço de instalação de divisória com bandeira de vidro com fornecimento de material	M²	18	638,88	11.499,84
3	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória especial – painel cego até 1100mm de altura, mais vidro duplo 6mm com persiana interna até a altura da porta e bandeira cega até o teto; espessura da divisória de 80mm, composto por duas placas, sendo uma fixa e outra removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, montadas em estrutura formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha, densidade não inferior a 40kg/m³); as placas serão seccionadas ou	Serviço de instalação de divisória com persiana com fornecimento de material.	M²	68	661,76	44.999,68

	inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação. Cor a ser definida pela contratante.					
4	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. divisória especial – painel cego do piso até o teto paginado ; espessura da divisória de 80mm, composto por uma placa, removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, formada por perfis de alumínio extrudado; as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação.	Serviço de instalação de divisória paginada com frisos com fornecimento de material.	M²	5	560,00	2.800,00
5	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória especial semi acústica – painel cego do piso até o teto; espessura da divisória de 80mm, composto por duas placas, removíveis (sistema clip) em mdf 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha com 38mm, densidade não inferior a 96kg/m³ e uma placa de gesso acartonado com 12,5mm); as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação.	Serviço de instalação de divisória cega acústica com preenchimento em lã de rocha e gesso acartonado com fornecimento de material.	M²	27	537,03	14.499,81
6	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória com guichê– painel cego até 1100mm de altura, com guichê de apoio, mais vidro duplo 6mm até a altura da porta e bandeira cega até o teto; espessura da divisória de 80mm, composto por duas placas, sendo uma fixa e outra removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação	Serviço de instalação de divisória com guichê com fornecimento de material.	M²	5	696,00	3.480,00

	(largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, montadas em estrutura formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha, densidade não inferior a 40kg/m³); as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação. Cor a ser definida pela contratante.					
7	Serviço de instalação de porta com fornecimento de materiais. Porta 800x2100mm e bandeira cega até o teto, maciça, confeccionada em chapa de MDF, com espessura final entre 35 a 40mm, encabeçada com fita de PVC com 1mm de espessura, incluindo todas as ferragens (batentes, fechadura La Fonte 610 ST2 55ROS AL ou equivalente, dobradiças); a porta deverá receber laminado melamínico, liso e sem emendas, seguindo o mesmo padrão de acabamento dos painéis de divisórias, ou na cor a ser definida pelo contratante. Fornecimento e instalação.	Serviço de instalação de porta de 80 cm para divisória com fornecimento de material.	M²	4	1.562,50	6.250,00
8	Serviço de instalação de porta com fornecimento de materiais. Porta 900x2100mm e bandeira cega até o teto, maciça, confeccionada em chapa de MDF, com espessura final entre 35 a 40mm, encabeçada com fita de PVC com 1mm de espessura, incluindo todas as ferragens (batentes, fechadura la fonte 610 ST2 55ROS AL ou equivalente, dobradiças); a porta deverá receber laminado melamínico, liso e sem emendas, seguindo o mesmo padrão de acabamento dos painéis de divisórias, ou na cor a ser definida pelo contratante. Fornecimento e instalação.	Serviço de instalação de porta de 90 cm para divisória com fornecimento de material.	M²	12	1.541,66	18.499,92
9	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória especial – painel cego do piso ao teto espessura 80mm, composto por duas placas, sendo uma fixa e outra removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e	Serviço de instalação de divisória painel cego com altura de 3,00 m com fornecimento de material.	M²	11	518,18	5.699,98

	fitas de borda de PVC nos contornos, formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha, densidade não inferior a 40kg/m³); as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação. Pé direito 3 metros. Cor a der definida pela contratante.					
10	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória especial – painel cego até altura da porta e vidro duplo 6mm até o teto; espessura da divisória de 80mm, composto por duas placas, sendo uma fixa e outra removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha, densidade não inferior a 40kg/m³); as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação. Pé direito 3 metros. Cor a ser definida pela contratante.	Serviço de instalação de divisória com bandeira de vidro altura de 3,00 m com fornecimento de material.	M²	11	685,00	7.535,00
11	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória especial – painel cego até 1100mm de altura, mais vidro duplo 6mm com persiana interna até a altura da porta e bandeira cega até o teto; espessura da divisória de 80mm, composto por duas placas, sendo uma fixa e outra removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, montadas em estrutura formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha, densidade não inferior a 40kg/m³); as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com	Serviço de instalação de divisória com persiana altura de 3,00 m com fornecimento de material.	M²	11	710,00	7.810,00

	canaletas individuais para passagem de cabeamento. Fornecimento e instalação. Pé direito 3 metros. Cor a ser definida pela contratante.					
12	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória articulada multidirecional acústica, elevação paginada ou cega do piso até ao trilho, modulada de acordo com a medida local, 10mm de espessura, composta de painéis comuns, painéis módulos de portas simples e dupla, dotados de guias telescópicas com sistema eletromecânico de acionamento, suspensos através de troles com roletes duplos horizontais que proporcionam diversas passagens em cruzamento tipo "T", "X" ou "L. Fornecimento e instalação. Cor a ser definida pela contratante.	Serviço de instalação de porta articulada com fornecimento de material.	M²	67	1.492,53	99.999,51
13	Serviço de instalação de divisória com fornecimento de materiais. Divisória especial – painel cego até 1100mm de altura, mais vidro duplo 6mm até a altura da porta e bandeira cega até o teto; espessura da divisória de 80mm, composto por duas placas, sendo uma fixa e outra removível (sistema clip) em MDF 15mm de espessura, modulação (largura) de 900mm, revestidas em melamínico de baixa pressão (BP) nas duas faces de cada placa, cor a definir e fitas de borda de PVC nos contornos, montadas em estrutura formada por perfis de alumínio extrudado; preenchimento de atenuante acústico (lã de rocha, densidade não inferior a 40kg/m³); as placas serão seccionadas ou inteiras dependendo a paginação; e a divisória será dotada de sistema de rodapé eletrificável com canaletas individuais para passagem de cabeamento. Cor a ser definida pela contratante. Fornecimento e instalação.	Serviço de instalação de divisória com vidro sem persiana com fornecimento de material.	M²	89	668,53	59.499,17
14	Serviço de instalação de porta com fornecimento de materiais. Porta dupla 1600x2100 e bandeira cega até a altura definida para instalação de divisória. Porta e bandeira maciças, confeccionadas em chapa de aglomerado de madeira de alta densidade, ou fibra de madeira de baixa densidade, com espessura final entre 35 e 40 mm, encabeçadas com fita de PVC com 1 mm de espessura, no mesmo acabamento da porta, incluindo	Serviço de instalação de porta dupla de 160 cm com fornecimento de material.	Unid.	6	2.208,33	13.249,98

	todas as ferragens (batentes, fechadura La Fonte 610 ST2 55ROS AL ou similar, dobradiças, etc). Porta e bandeira deverão receber laminado melamínico, liso e sem emendas, seguindo o mesmo padrão de acabamento dos painéis de divisórias, ou na cor a ser definida pelo contratante. Fornecimento e instalação.					
15	Serviço de remanejamento de divisória - desmontagem/retirada. Desmontagem de divisórias já existentes. Deverão estar inclusos no valor, além dos custos típicos do serviço (mãos-de-obra e uso de ferramentas específicas, entre outros), também os custos dos insumos eventuais, necessários à perfeita execução dos serviços.	Serviço de remanejamento de divisória - desmontagem/retirada - com fornecimento de insumos necessários aos serviços. Divisória já existente.	M²	150	33,26	4.989,00
16	Serviço de remanejamento de divisória - montagem. Montagem de divisórias desmontadas já existentes. Deverão estar inclusos no valor, além dos custos típicos do serviço (mãos-de-obra, uso de ferramentas específicas, entre outros), também os custos dos insumos, tais como parafusos, buchas, arrebites, porcas, arruelas, silicones, perfis e etc., necessários à perfeita execução dos serviços.	Serviço de remanejamento de divisória - montagem - com fornecimento de insumos necessários aos serviços. Divisória já existente.	M²	150	53,33	7.999,50
O CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO POSSUI O VALOR DE:						423.808,99

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na **data de 09 de dezembro de 2020 e encerramento em 09 de dezembro de 2021**, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.2. Os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.3. Esteja formalmente demonstrado que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

2.4. Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

2.5. Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

2.6. Seja comprovado que o valor do contrato permanece economicamente vantajoso para a Administração;

2.7. Haja manifestação expressa da contratada informando o interesse na prorrogação;

2.8. Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor total (anual) da contratação é de R\$ **423.808,99 (quatrocentos e vinte e três mil e oitocentos e oito reais e noventa e nove centavos)**.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2020, na classificação abaixo:

4.1.1. Órgão/Unidade 52101 - Ministério da Defesa, Programa de Trabalho do MD 05.122.0032.2000.0001 – ND 33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela contratante no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura.

5.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até **5 (cinco) dias úteis**, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este instrumento.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da IN nº 3/MP/2018.

5.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.4.1. o prazo de validade;

5.4.2. a data da emissão;

5.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

5.4.4. o período de prestação dos serviços;

5.4.5. o valor a pagar; e

5.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

5.6. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da IN nº 5/SEGES/MP/2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. não produziu os resultados acordados;

5.6.2. deixou de executar as atividades Contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida; e

5.6.3. deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

5.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

5.10. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da IN nº 3/MP/2018.

5.11. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.12. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

5.13. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13.1. Será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

5.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017, quando couber.

5.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão Contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

5.16. **É admitida a cessão de crédito decorrente da contratação.**

5.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

$I = (6 / 100)$

365

$I = 0,00016438$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.1.1. **Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, onde o reajuste deve ser automático e periodicamente realizado, de Ofício pela Administração (Contratante)**, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. O adjudicatário prestará garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, com validade durante a execução do contrato e por **90 (noventa) dias** após o término da vigência contratual, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor total do contrato.

7.2. No prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contados da assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.

7.2.1. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

7.2.2. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei nº 8.666 de 1993.

7.3. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP nº 5/2017.

7.4. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.4.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.4.2. prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

7.4.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

7.4.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela contratada, quando couber.

7.5. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

7.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

7.7. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

7.8. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

7.9. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

7.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

7.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

7.12. Será considerada extinta a garantia:

7.12.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

7.12.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

7.14. A contratada autoriza a contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste instrumento e no Contrato.

8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO

8.1. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO:

8.1.1. Os serviços constituem-se na fabricação, fornecimento, montagem, remanejamento de divisórias e portas, incluindo respectivos acessórios, com o fornecimento de todo o material utilizado nos serviços, quer seja ferramental, insumo ou material de reposição nas dependências do Ministério da Defesa e em seu anexo, em Brasília - DF.

8.1.2. Os serviços serão executados conforme demandados, sendo comunicados para a contratada por meio de Ordem de Serviço acompanhada de layout aprovado — quando for o caso — e através dos meios de contato estipulados pela fiscalização. A contratada somente poderá iniciar serviços mediante a emissão da Ordem de Serviço. O prazo para execução dos serviços será acordado entre a empresa contratada e a fiscalização.

8.1.3. Excepcionalmente, poderá ocorrer prestação de serviços aos sábados, domingos, feriados ou em horários extraordinários, mediante comunicação prévia e escrita pelo gestor do contrato (sem ônus adicional para o MD).

8.1.4. Será sempre suposto que esta especificação é de inteiro conhecimento da contratada, haja vista que ela teve a ciência desta ainda como licitante, de modo a não poder ter incorrido em omissões às quais jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimos de preços.

8.1.5. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos insumos, materiais e serviços descritos neste Termo; os custos respectivos deverão estar incluídos nos preços unitários e/ou no global constantes da proposta da contratada.

8.1.6. Quaisquer outros custos, diretos ou indiretos, que sejam identificados pela licitante para a execução dos serviços deverão ser incluídos nos preços do próprio serviço e nunca pleiteados durante a execução do mesmo com

acréscimo de novos serviços.

8.1.7. Após a celebração do contrato, não será levada em conta qualquer reclamação ou solicitação, seja a que título for, de alteração dos preços constantes da proposta da contratada.

8.1.8. A equipe técnica da contratada — obrigatoriamente composta por um técnico habilitado e um ajudante — responsável pelos serviços deverá contar com profissionais especializados e devidamente habilitados para desenvolverem as diversas atividades necessárias à execução dos serviços.

8.1.9. Possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções das especificações ora fornecidas não poderão, jamais, constituir pretexto para a contratada pretender cobrar "serviços extras" e/ou alterar a composição de preços unitários. Considerar-se-á, inapelavelmente, a contratada como altamente especializada nos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ter computado, no valor global da sua proposta, também, as complementações e acessórios por acaso omitidos nas especificações, mas implícitos e necessários à perfeita e completa execução dos serviços.

8.1.10. A contratada deverá responsabilizar-se por quaisquer danos provocados no decorrer dos serviços ou em consequência destes, arcando com os prejuízos que possam ocorrer com o reparo desses danos.

8.1.11. A inobservância das presentes especificações técnicas, ou dos critérios de qualidade expressos neste projeto básico enseja a não aceitação parcial ou total dos serviços, por parte da contratante, devendo a contratada refazer as partes recusadas sem direito a indenização.

8.1.12. Caso qualquer serviço realizado não seja aceito, em função de má qualidade, o mesmo deverá ser refeito pela contratada, sem a cobrança do custo de refazimento.

8.1.13. A análise da qualidade dos serviços, a aceitação ou não aceitação, parcial ou total pode ser feita pela fiscalização o mediante critérios estabelecidos neste Termo.

8.1.14. A contratada deverá utilizar sempre as melhores técnicas, materiais e equipamentos adequados para a execução dos serviços.

8.1.15. Deverão ser seguidas as normas da contratante para controle de acesso e de retirada de materiais e equipamentos, ainda que de propriedade da contratada.

8.1.16. Caberá à contratada obter todas e quaisquer informações junto à fiscalização, necessárias à boa execução dos serviços.

8.1.17. Os funcionários da contratada deverão ser trajados de forma a identificar a prestadora de serviços, e seguir as regras de conduta estabelecidas pela contratante.

8.1.18. A contratada responderá, conforme estabelecerem os termos do contrato, pelos danos causados pelos seus agentes, quando em atividade relacionada à execução dos serviços contratados, ao patrimônio da contratante ou a terceiros.

8.1.19. Deverão estar inclusos nos preços da proposta da contratada todos os custos diretos ou indiretos relacionados aos serviços, não cabendo qualquer reivindicação posterior à contratação.

8.1.20. A contratada deverá manter sempre atualizados os seus dados para efeito de localização pela contratante através da equipe de fiscalização, tais como: endereço, telefone fixo, e-mail e telefone celular.

8.1.21. Os profissionais designados pela contratada deverão realizar os serviços abaixo relacionados, dentre outros que estejam afetos ao objeto contratado e com mesmo nível de complexidade:

a. Preencher corretamente os recibos, de acordo com as solicitações emitidas pelas unidades solicitantes, observando as corretas especificações dos campos nelas contidos;

b. Efetuar os reparos, montagens ou remanejamentos sem causar interferência no ambiente de trabalho;

c. Obedecer aos prazos preestabelecidos para execução dos trabalhos;

d. Efetuar ou solicitar providências da fiscalização, para correta execução dos trabalhos.

8.1.22. Os trabalhos deverão ser iniciados após abertura de Ordem de Serviço pelo solicitante dos serviços ou pela fiscalização. A contratada somente poderá iniciar serviços mediante a emissão de Ordem de Serviço. A Ordem de Serviço deve obrigatoriamente constar o item contratual que dá previsão para o trabalho. Serviços feitos sem previsão contratual ou sem autorização da fiscalização, não serão faturados e pagos.

8.1.23. As Ordens de Serviço somente serão concluídas ou fechadas após análise dos serviços pela fiscalização e com aprovação dos servidores solicitantes dos serviços.

8.1.24. Os trabalhos recusados pelo solicitante por má qualidade deverão ser refeitos. Neste caso deve haver observação especial aposta na Ordem de Serviço, especificando o motivo da devolução, não sendo admitida a emissão de nova Ordem de Serviço para o mesmo trabalho haja vista que não será objeto de medição para pagamento. O prazo para refazimento de trabalhos deve ser estipulado pela fiscalização e deve ser coerente com os prazos originais definidos para os trabalhos.

8.2. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

8.2.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

8.2.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste instrumento.

8.2.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste instrumento, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.2.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos arts. 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.2.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

8.2.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no **Apêndice II**, ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a Contratada:

a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades Contratadas; ou

b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.2.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.2.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à Contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

8.2.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da Contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.2.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria Contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

8.2.13. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

8.2.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à Contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

8.2.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

8.2.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste instrumento e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

8.2.17. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da IN nº 5/SEGES/MP/2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

8.2.18. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

9.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento;

9.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da Contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN nº 5/SEGES/MP/2017.

9.1.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:

9.1.6.1. exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;

9.1.6.2. direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;

9.1.6.3. considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

9.1.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

9.1.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;

9.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

9.1.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.

9.1.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

9.2.1. Executar os serviços conforme especificações deste instrumento e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste instrumento e em sua proposta.

9.2.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.2.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010.

9.2.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores (SICAF), a empresa Contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2)

certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN nº 5/SEGES/MP/2017.

9.2.7. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.2.8. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.2.9. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.10. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.

9.2.11. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este instrumento, no prazo determinado.

9.2.12. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.13. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.

9.2.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.2.15. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.2.16. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº13.146, de 2015.

9.2.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.2.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2.19. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

9.2.20. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

9.2.21. Assegurar à Contratante, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, "a" e "b", do Anexo VII - F da IN nº 5/SEGES/MP/2017:

9.2.21.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

9.2.21.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

9.2.22. Levar ao conhecimento da contratada, no prazo máximo de 24h, via e-mail, fax ou ofício, qualquer irregularidade, fato extraordinário ou anormal observados durante a execução do contrato, para adoção das medidas cabíveis.

9.2.23. Responder pelas consequências de suas ações e omissões.

9.2.24. Notificar, por escrito, ao licitante vencedor, da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa.

9.2.25. Responsabilizar-se pelos pagamentos devidos, mediante a apresentação de Nota Fiscal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 10.1.1. não executar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 20.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 10.1.5. cometer fraude fiscal;

10.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de qualquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

10.2.2. **Multa de:**

10.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o **valor da ordem de serviço** em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o 15º (décimo quinto) dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

10.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o **valor da ordem de serviço**, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

10.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o **valor da ordem de serviço**, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

10.2.2.4. 0,2% (dois décimos por cento) a 3,2% (três vírgula dois por cento) por dia sobre o **valor da ordem de serviço**, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2 do subitem 19.4 abaixo;

10.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** autorizará a Administração Contratante a promover a rescisão do contrato; e

10.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

10.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar **com o Ministério da Defesa e com suas unidades administrativas**, por até **2 (dois) anos**;

10.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

10.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 19.1 deste instrumento.

10.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.

10.3. As sanções previstas nos **subitens 10.2.1, 10.2.3, 10.2.4 e 10.2.5** poderão ser aplicadas à Contratada juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

10.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com os 1 e 2.

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor da ordem de serviço.
2	0,4% ao dia sobre o valor da ordem de serviço.
3	0,8% ao dia sobre o valor da ordem de serviço.
4	1,6% ao dia sobre o valor da ordem de serviço.
5	3,2% ao dia sobre o valor da ordem de serviço.

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU

1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência.	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento.	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia.	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia.	2
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do Contratante, por empregado e por dia.	3
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e por dia.	1
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência.	2
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia.	1
9	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	3
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato.	1
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da Contratada.	1

10.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

10.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

10.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação.

10.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

10.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

10.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

10.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

10.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

10.13. As penalidades serão, obrigatoriamente, registradas no SICAF.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

11.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

11.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.1.4. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.2.3. Indenizações e multas.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES E PERMISSÕES

12.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

12.2. É permitido à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020.

12.3. A cessão de crédito, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

12.4. A crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO

16.1. O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária de Brasília- DF - Justiça Federal.

Para firmeza e validade do pactuado, as partes contratantes e as testemunhas assinam o presente Contrato, depois de lido e aceito, dele sendo extraídas as cópias necessárias à sua execução.

Pelo Contratante:

ALEXANDRE CHAVES DE JESUS
Contra-Almirante (IM)
Diretor

Pela Contratada:

FELIPE MENEZES DE BULHÕES
Representante da Empresa

Testemunhas:

MAURÍCIO DINIZ BARBOSA
Gestor do Contrato

ADALBERTO NASCIMENTO DOS SANTOS
Fiscal Técnico



Documento assinado eletronicamente por **FELIPE MENEZES DE BULHOES, Usuário Externo**, em 09/12/2020, às 08:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Mauricio Diniz Barbosa, Gestor(a) de Contrato**, em 09/12/2020, às 11:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Adalberto Nascimento dos Santos, Fiscal de Contrato - Técnico**, em 09/12/2020, às 14:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre Chaves de Jesus, Diretor**, em 09/12/2020, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 1º, art. 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, o código verificador **3011372** e o código CRC **F63C46C7**.

AVISO DE ADIAMENTO LICITAÇÃO FECHADA Nº 5/2020 SE/ES

Licitação para venda, por maior oferta de preço, de imóvel de propriedade dos Correios, localizado em Itarana/ES. A abertura da licitação designada para 06/11/2020 às 09:00 horas, conforme publicado no DOU, folha 13, Seção 3, do dia 20 de outubro de 2020 e adiada "SINE DIE", conforme publicado no DOU, folha 12, Seção 3, do dia 23 de outubro de 2020; remarcada para o dia 11/01/21 às 10h, conforme publicado no DOU, folha 16, Seção 3, do dia 10 de dezembro de 2020; permanece ADIADA "SINE DIE".

VINICIUS ROMULO GOULART
Membro de Cpl

SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL N4 RN

AVISO DE ADIAMENTO

Licitação Correios Aberta nº 1/2020 Se/RN
Alienação, por venda, de imóvel(eis) de propriedade dos Correios em São Vicente/RN. Recebimento das Propostas e obtenção do Edital: <http://www.correios.com.br>. A abertura da licitação designada para: 10/12/2020 às 9 horas, conforme publicado no DOU, folha 13, Seção 3, do dia 12 de novembro de 2020, fica adiada para às 8 horas da data de 18/01/2021 e a disputa de preços fica adiada para as 9 horas. Informações pelo e-mail: mg-clc-slse@correios.com.br e telefone: (31) 3431-0697, no horário de 8h às 18h.

HERBERT ERNANE DOS SANTOS BASÍLIO
Pregoeiro

Ministério da Defesa

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

RETIFICAÇÃO

No aviso de licitação, Pregão Nº 34/2020 publicado no D.O.U de 09/12/2020, Seção 3, Pág. 15, Onde se lê: Edital: 09/12/2020 de 08:00 às 11:55 e de 14:00 às 17:55. Endereço: Spo Área 5 - Qd. 3 - Bl. k - BRÁSILIA (DF). Leia-se: Edital: 09/12/2020 de 08:00 às 11:55 e de 14:00 às 17:55. Endereço: www.gov.br/compras - BRÁSILIA (DF).

(SIDE - 10/12/2020) 110511-00001-2020NE800186

SECRETARIA DE ORÇAMENTO E ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO INTERNA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 33/2020 - UASG 110404

Nº Processo: 60585001593202081.
PREGÃO SISPP Nº 42/2020. Contratante: MINISTERIO DA DEFESA -CNPJ Contratado: 37977691000783. Contratado : ESPACO & FORMA MOVEIS E DIVISORIASLTD. Objeto: Contratação de empresa especializada nos serviços continuados de fabricação, fornecimento, instalação, montagem e desmontagem de divisórias, incluindo todos os materiais e insumos necessários ao serviço. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002, Decreto nº 9.507/2018 e IN nº 05/2017. Vigência: 09/12/2020 a 09/12/2021. Valor Total: R\$423.808,99. Fonte: 100000000 - 2020NE801095 Fonte: 100000000 - 2020NE801096. Data de Assinatura: 09/12/2020.

(SICON - 10/12/2020) 110404-00001-2020NE800324

RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 48/2020

Processo nº 60586.000589/2020-96. Empresa Vencedora: BRASOFTWARE INFORMATICA LTDA (57.142.978/0001-05), no valor total de R\$ 3.399.554,15.

MARIA ZENÁDIA RODRIGUES BRITO FRANCA
Pregoeira

(SIDE - 10/12/2020) 110404-00001-2020NE800324

SECRETARIA-GERAL

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 904247/2020, Nº Processo: 60414000964202070, Concedente: MINISTERIO DA DEFESA, Conveniente: MUNICIPIO DE MUANA CNPJ nº 05105200000122, Objeto: Implantação de Sistema de Abastecimento de Água no Município de Muana., Valor Total: R\$ 499.200,00, Valor de Contrapartida: R\$ 19.200,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 480.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2020NE800355, Valor: R\$ 480.000,00, PTRES: 175875, Fonte Recurso: 0144, ND: 44425125, Vigência: 10/12/2020 a 25/11/2023, Data de Assinatura: 10/12/2020, Signatários: Concedente: UBIRATAN POTY CPF nº 569.290.567-15, Conveniente: EDER AZEVEDO MAGALHAES CPF nº 302.572.982-15.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 905385/2020, Nº Processo: 60414001092202067, Concedente: MINISTERIO DA DEFESA, Conveniente: MUNICIPIO DE NOVO AIRAO CNPJ nº 04533113000103, Objeto: CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVIVÊNCIA DO IDOSO NO MUNICIPIO DE NOVO AIRÃO/AM, Valor Total: R\$ 3.505.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 5.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2020 - R\$ 3.500.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2020NE800391, Valor: R\$ 3.500.000,00, PTRES: 195448, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44425105, Vigência: 10/12/2020 a 19/11/2024, Data de Assinatura: 10/12/2020, Signatários: Concedente: UBIRATAN POTY CPF nº 569.290.567-15, Conveniente: ROBERTO FREDERICO PAES JUNIOR CPF nº 242.532.002-49.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 905232/2020, Nº Processo: 60414001074202085, Concedente: MINISTERIO DA DEFESA, Conveniente: MUNICIPIO DE CALCOENE CNPJ nº 05990437000133, Objeto: Implantação de Iluminação Pública no Município de Calçoene., Valor Total: R\$ 1.001.500,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.500,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2020 - R\$ 1.000.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2020NE800380, Valor: R\$ 1.000.000,00, PTRES: 195448, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 44425104, Vigência: 10/12/2020 a 25/11/2023, Data de Assinatura: 10/12/2020, Signatários: Concedente: UBIRATAN POTY CPF nº 569.290.567-15, Conveniente: JULIO CESAR BUSCARONS CPF nº 541.341.109-04.

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTERESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO Nº 35/2020

Homologo a adjudicação complementar promovida pelo pregoeiro, bem como todos atos do referido certame, nos termos do Inciso VI, do Art.13, do Dec. 10.024, de 20 de setembro de 2019, relativo ao objeto: Registro de Preços para aquisição de Material Gráfico para a Força Aérea Brasileira.Foi classificada em 1º lugar a proposta da empresa: 10.432.571/0001-59 - COPATT COMERCIO E SERVICOS PERSONALIZADOS LTDA, item 3; e o item 5, foi cancelado na adjudicação por falta de apresentação de proposta, conforme discriminado no relatório de homologação disponível no <http://www.comprasgovernamentais.gov.br>. Fiquem os interessados, portanto, cientes da presente decisão.

MARCELO BATISTA CEL AV
Ordenador de Despesas por Delegação do GABAER

(SIDE - 10/12/2020) 120001-00001-2020NE800124

COMANDO DE PREPARO
VI COMANDO AÉREO REGIONAL
GRUPAMENTO DE APOIO DE BRÁSILIA

EXTRATO DE RESCISÃO

1) Processo Administrativo nº 02/GAPBR/2020; 2)Notificamos a Empresa XAVIER LIMA COMERCIAL EIRELI - CNPJ: 26.418.988/0001-05, com fundamento nos incisos "e" e "f" do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, a tomar ciência da decisão proferida no Processo Administrativo 02/GAPBR/2020, que, com amparo no item 6 do Edital e seus anexos do Pregão nº 26/GAPBR/2019 e nos Artigos 77, art. 78, inc. I e 79 da Lei nº 8.666/93, e 7º da Lei 10.520/02, determina a aplicação da rescisão unilateral à empresa, pela descrição do item 6 do anexo I ao edital do pregão eletrônico nº 26/2019, referente a obrigação da contratada em cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e suas propostas, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto. O Grupamento de Apoio de Brasília, com sede na Esplanada dos Ministérios - Bloco M - Edifício Anexo. CEP 70.045-900 - Brasília-DF; através do seu Ordenador de Despesas, Coronel Eduardo Quesado Figueiras, torna pública a decisão sob a Empresa supracitada e estabelece a rescisão unilateral do contrato, com base nos termos do Art. 77, art. 78, inc. I e 79 da Lei nº 8.666/93.

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL
GRUPAMENTO DE APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2020 - UASG 120016

Nº Processo: 67720005148202038.
DISPENSA Nº 195/2020. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -CNPJ Contratado: 65716995000137. Contratado : TEC-RAD TECNOLOGIA EM -RADIOPROTECAO LTDA. Objeto: Contratação de serviço de dosimetria individual, conforme condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02, Decreto nº 9.507 de 2018, IN nº 05 de 26 de maio de 2017. Vigência: 01/12/2020 a 01/12/2021. Valor Total: R\$11.824,80. Fonte: 280120320 - 2020NE802888. Data de Assinatura: 01/12/2020.

(SICON - 10/12/2020) 120016-00001-2020NE800001

AVISO DE REVOGAÇÃO

1) Fica revogado o item 183 da Ata de Registro de Preço nº 0102/GAP-SJ/2020, do Pregão Eletrônico nº 044/GAP-SJ/2019, referente ao processo nº 67720.004186/2019-30, objeto: Eventual Aquisição de Material de Consumo de TI.

LUIS FERNANDO BARBOSA MARQUES Cel Int
Ordenador de Despesas

AVISO DE REVOGAÇÃO

1) Fica revogado os itens 10, 222, 223 e 242 da Ata de Registro de Preço nº 035/GAP-SJ/2020, do Pregão Eletrônico nº 136/GAP-SJ/2019, referente ao processo nº 67720.008488/2019-87, objeto: Eventual Aquisição de Material Hidráulico.

LUIS FERNANDO BARBOSA MARQUES Cel Int
Ordenador de Despesas

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 123/2020 - UASG 120016

Nº Processo: 67720004540202060. Objeto: Cessão de Uso onerosa, sendo o objeto do presente Pregão Eletrônico destinado à exploração de atividades Bancárias e correlatas que sejam voltadas à assistência de militares e civis para pagamento de boletos, com a abertura de contas, empréstimos, recebimento de salário, praticar taxas compatíveis para os empréstimos e oferecer pacote de serviços, conforme termo de referência e edital.. Total de Itens Licitados: 1. Edital: 11/12/2020 das 08h00 às 17h00. Endereço: Praça Marechal do Ar Eduardo Gomes, 50 - Vila Das Acácias, Vila Das Acácias - São José dos Campos/SP ou <https://www.gov.br/compras/edital/120016-5-00123-2020>. Entrega das Propostas: a partir de 11/12/2020 às 08h00 no site www.gov.br/compras. Abertura das Propostas: 23/12/2020 às 08h00 no site www.gov.br/compras.

LUIS FERNANDO BARBOSA MARQUES
Ordenador de Despesas

(SIASGnet - 10/12/2020) 120016-00001-2020NE800412

SECRETARIA DE ECONOMIA E FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
DA AERONÁUTICA
BASE AÉREA DE FLORIANÓPOLIS

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 1/2020 - UASG 120073

Número do Contrato: 1/2016.

Nº Processo: 6772000298201513.

PREGÃO SRP Nº 72/2015. Contratante: COMANDO DA AERONAUTICA -CNPJ Contratado: 40432544000147. Contratado : CLARO S.A. -Objeto: Prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato por 6 (seis) meses, findando em 30/06/2021. Fundamento Legal: Artigo 57, inciso II, parágrafo quarto, da Lei nº 8.666/93. Vigência: 31/12/2020 a 30/06/2021. Valor Total: R\$21.842,69. Fonte: 100000000 - 2020NE800249. Data de Assinatura: 10/12/2020.

(SICON - 10/12/2020) 120073-00001-2020NE800609

